

STJ00109571

ORGANIZADORES  
ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR  
MARCO CARVALHO GONÇALVES

DIREITO PROCESSUAL  
CIVIL  
DIÁLOGOS BRASIL-PORTUGAL

Londrina/PR  
2020

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br  
Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi  
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga  
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

### Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes • Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Deise Marcelino da Silva Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Me. Erli Henrique Garcia • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Dr. Gonçalo De Mello Bandeira (Port.) • Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo • Prof. Me. Ivan Martins Tristão Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Direito processual civil. Diálogos Brasil-Portugal / organizadores Antônio Pereira Gaio Júnior, Marco Carvalho Gonçalves – Londrina, PR: Thoth, 2020.  
288 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-94116-97-0

1. Direito processual civil. 2. Direito processual Brasil. 3. Direito processual Portugal. I. Júnior, Antônio Pereira Gaio. II. Gonçalves, Marco Carvalho.

CDD 340

Índices para catálogo sistemático  
1. Direito processual civil : 340

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.  
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

## SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
APRESENTAÇÃO .....	11

### CAPÍTULO 1

**Alexandre Freitas Câmara**

TUTELAS PROVISÓRIAS EM APELAÇÃO.....	21
Introdução.....	21
1 Breves considerações sobre a tutela provisória no processo civil brasileiro .....	22
2 Breves considerações sobre a apelação no processo civil brasileiro..	24
3 Atribuição de efeito suspensivo à apelação como tutela de urgência cautelar.....	27
4 A atribuição de efeito suspensivo à apelação como tutela da evidência .....	28
5 A tutela antecipada em apelação recebida com efeito suspensivo .....	29
6 Competência para conhecer do requerimento de tutela provisória em sede de apelação e recurso cabível da decisão sobre tal requerimento.	31
Conclusão.....	32
Referências bibliográficas .....	32

### CAPÍTULO 2

**Antônio Pereira Gaio Júnior**

INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA ATIVIDADE EXECUTIVA. MODELOS E LIMITAÇÕES NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....	35
Introdução.....	35
1 Modelos de investigação patrimonial em sede de direito comparado	36
2 Processo civil brasileiro e o modelo de investigação patrimonial do	

executado.....	41
2.1 Bacenjud .....	42
2.2 Renajud .....	45
2.3 Infojud .....	48
2.4 Informações imobiliárias por “ofício eletrônico” .....	49
2.5 Simba.....	50
3 Ainda uma nota (ascensão das medidas executivas “atípicas” para o “descobrimento patrimonial”).....	51
Considerações finais .....	55
Referências bibliográficas .....	55
Documentos Eletrônicos.....	57

### **CAPÍTULO 3**

#### **Bruno Augusto Sampaio Fuga**

COISA JULGADA E A DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO (ARTS. 525, §12 AO §15 DO CPC/2015). ANÁLISE DE LEADING CASES E DO QUE FOI DITO POR CORTES SUPERIORES.....

Introdução.....	59
1 Os dispositivos legais.....	60
2 Súmula nº 343 do STF .....	61
3 Súmula nº 400 do STF .....	64
4 Recurso extraordinário nº 590.809 /RS .....	65
5 AR 2370 AgR/CE que interpretou o RE nº 590.809 .....	68
6 Afastamento da súmula nº 343 do STF por matéria constitucional..	70
7 Não afastamento da súmula nº 343 do STF mesmo em matéria constitucional.....	74
8 Fundamentos determinantes das decisões, art. 525, §15 e art. 966, V e §5 .....	76
9 A necessária análise de modulação dos efeitos, art. 525, §13 .....	79

### **CAPÍTULO 4**

#### **Darci Guimarães Ribeiro**

QUESTÕES PROBATÓRIAS CONTROVERTIDAS NO CPC BRASILEIRO .....

1 Noções gerais .....	81
-----------------------	----

2 Fatos notórios .....	82
2.1 Conceito.....	82
2.2 A prova da notoriedade.....	83
2.3 A máxima iudex iudicare debet secundum allegata et probata, non secundum conscientizam.....	84
2.4 Requisitos da notoriedade.....	87
3 Confissão .....	88
3.1 Conceito.....	88
3.2 Natureza jurídica .....	89
3.3 Confissão e reconhecimento jurídico do pedido.....	90
3.4 Confissão e renúncia.....	91
3.5 Confissão e fatos incontroversos.....	91
3.6 Direitos indisponíveis .....	91
4 Fatos incontroversos.....	92
4.1 Conceito.....	92
Considerações finais .....	93
Referências .....	94

## CAPÍTULO 5

### **Elizabeth Fernandez**

OS AVANÇOS E RETROCESSOS DA TUTELA URGENTE E CAUTELAR .....	97
Introdução.....	97
1 Panorama geral.....	99
3 Diversidade de razões que habilitam o tribunal a decidir a pretensão principal no processo cautelar .....	104
4 Decidir a título definitivo: dever ou faculdade discricionária?.....	107
5 Tensões destas soluções legais com o princípio dispositivo e justificação do contraditório das partes.....	108
Conclusão.....	109

## CAPÍTULO 6

### **Felipe Borring Rocha**

ALGUMAS SUGESTÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO NOS TRIBUNAIS PORTUGUESES .....	111
---	-----

Introdução: a redefinição do julgamento monocrático nos tribunais brasileiros .....	111
1 O princípio da jurisdição equivalente: em busca do equilíbrio entre a colegialidade e o julgamento monocrático.....	129
2 Breves considerações sobre o julgamento monocrático do recurso no direito português.....	138
Conclusões .....	142
Referências bibliográficas .....	145

## **CAPÍTULO 7**

**José Lebre de Freitas**

ÓNUS DO RECORRENTE QUE IMPUGNE A DECISÃO DE FACTO. CONTROLO PELO STJ DO USO DE PRESUNÇÕES JUDICIAIS .....	153
I Ónus do recorrente que impugne a matéria de facto.....	153
1 Interpretação do art. 640 CPC .....	153
II Controlo pelo STJ do uso de presunções judiciais.....	158
1 Matéria de facto e presunção judicial .....	158
Conclusões .....	164

## **CAPÍTULO 8**

**J. P. Remédio Marques**

EFEITOS DA AÇÃO MODIFICATIVA ARBITRAL EM TÍTULO EXECUTIVO FORMADO NO PRIMEIRO PROCESSO OBJETO DE EXECUÇÃO PENDENTE — ADAPTAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO VERSUS CADUCIDADE DO TÍTULO FORMADO NO PRIMEIRO PROCESSO.....	167
1 O Problema. Introdução. Os termos gerais da solução e os interesses envolventes; a interpretação da primitiva decisão arbitral .....	167
2 A interpretação da primitiva decisão arbitral.....	168
3 A modificação de decisões (arbitrais ou outras) por via judicial (ou arbitral) .....	172
4 Caducidade do caso julgado e ação modificativa por alteração das circunstâncias.....	173
5 Os termos do caso sub iudicio quanto à causa de pedir .....	176
6 O meio processual pelo qual pode operar a modificação, em particu-	

lar.....	179
7 Os pressupostos processuais da ação modificativa; impossibilidade de renovação da instância nos casos sub iudice em virtude de a ação modificanda ter sido arbitral.....	189
8 O conteúdo da decisão de modificação e a sua relevância quanto ao título formado no primeiro processo.....	193
9 A razão de ser da solução que envolve a quebra do caso julgado e não a da caducidade do caso julgado.....	199
10 A ação modificativa como quebra do caso julgado à luz da teoria da equidade; refutação da teoria da confirmação.....	201
11 A cumulação sucessiva de pedidos executivos e a não extinção da presente execução.....	207
Conclusões.....	208
Siglas e abreviaturas.....	213

## CAPÍTULO 9

### Marco Carvalho Gonçalves

EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS.....	215
1 Âmbito da tutela jurisdicional efetiva.....	215
2 Instrumentos de garantia da efetividade da execução para pagamento de quantia certa.....	218
2.1 Efeito meramente devolutivo do recurso de apelação e execução provisória da sentença condenatória.....	218
2.2 Execução da sentença condenatória nos próprios autos.....	221
2.3 Execução de sentença condenatória em parte líquida e em parte ilíquida.....	224
2.4 Oposição à execução.....	224
2.5 Identificação e localização de bens e de direitos penhoráveis do devedor.....	225
2.5.1 Âmbito.....	225
2.5.2 Registo informático de execuções.....	226
2.5.3 Acesso direto às bases de dados e aos registos.....	227
2.5.4 Penhora de depósitos bancários.....	228
2.5.5 Penhora de bens móveis sujeitos a registo.....	228
2.5.6 Penhora de bens móveis não sujeitos a registo.....	229

2.6 Penhora de bens durante o período de encerramento dos tribunais .....	230
2.7 Meios compulsórios ou coercivos para o cumprimento voluntário da obrigação pelo devedor .....	230
2.7.1 Sanção pecuniária compulsória.....	231
2.7.2 Inclusão do nome do devedor na lista pública de execuções.....	231
2.7.3 Violação do dever de cooperação na identificação de bens penhoráveis.....	232
3 Aspectos problemáticos .....	234
3.1 “Execução nos próprios autos” das sentenças condenatórias ....	234
3.2 Inexistência de medidas executivas eficazes .....	235
4 Soluções possíveis.....	237
4.1 Medidas executivas atípicas?.....	237
4.2 Desconsideração da personalidade jurídica.....	239
4.3 Sancionamento adequando da violação do dever de cooperação pelo executado.....	241
Considerações finais .....	243
Referências bibliográficas .....	244

## **CAPÍTULO 10**

### **Marco Félix Jobim**

AS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CPC/2015 E A TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPATÓRIA CAUTELAR PORTUGUESA: PONTOS DE SEMELHANÇA E DIFERENÇA .....	247
Introdução.....	247
1 Panorama das tutelas provisórias no Código de Processo Civil de 2015.....	251
2 A tutela cautelar antecipatória no processo civil português.....	257
Considerações finais .....	261
Referências bibliográficas .....	264

## **CAPÍTULO 11**

### **Zulmar Duarte**

#### **Arthur Freitas de Sousa**

OS ANTECEDENTES DA “TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER	
--	--



ANTECEDENTE” .....	271
1 Pegadas na trajetória.....	271
2 Tutela antecipada no ordenamento jurídico brasileiro.....	273
3 Tutela antecipada em caráter antecedente .....	277
4 Tutela antecedente e seu regramento no direito comparado.....	278
5 Próximos passos .....	284
Referências .....	286